

8ª Reunião da Câmara Técnica de Biodiversidade

Data: 15/03/2006

Local: Hotel Afâmia – Curitiba/PR

Relatora: Conselheira Mary Sorage Praxedes da Silva – IDEMA/Governo do Rio Grande do Norte.

Inicialmente o Dr. Nilo... cumprimentou todos conselheiros e demais presentes com votos de boas vindas e informou que o local da reunião ocorreu em função dos eventos COP8 e MOP3, sobre a biodiversidade, acontecendo em Curitiba/PR, ambiente propício para a discussão da pauta da câmara e passou a palavra ao Dr. Paulo Nogueira, presidente da reunião em substituição a Profª Elizabeth...

Dr. Paulo Nogueira agradeceu a presença de todos e sugeriu ao Dr. Bráulio... que o mesmo fizesse uma exposição sobre a MOP e COP.

O Dr. Bráulio informou que os eventos originam-se do Protocolo de Cartagena de biossegurança, envolve 130 países, e o local da sua realização é Expotrade Center, no município de Pinhais/PR. Refere-se aos organismos geneticamente modificados, com dificuldades de aprovação no MOP2 em virtude da necessidade de se considerar o processo produtivo. Falou da controvérsia de se informar se o produto CONTÉM ou PODE CONTER. No evento irá ser discutido o prazo de implementação do setor produtivo; responsabilidade e compensação = transgênicos de quem é a responsabilidade. Informou que vários documentos/informativos iriam ser distribuídos durante o evento. A COP irá ser realizada de 20 a 31/03/2006, e a abertura oficial no dia 19/03 no Jardim Botânico de Curitiba/PR. Informou que se encontra disponível na INTERNET uma agenda anotada. Os principais temas a serem discutidos na COP serão: 1) Regime de acesso e repartição de benefícios-documento de negociação; 2) Artigo 8J proteção dos conhecimentos tradicionais – povos indígenas e populações tradicionais; 3) Programas de trabalhos por biomas – biodiversidade de ilhas oceânicas e ser aprovado e das terras áridas e sub-úmidas: caatinga, pantanal e pampas; 4) Iniciativa global de taxonomia – primeiro diagnóstico Nacional da Biodiversidade brasileira: 200.000 espécies identificadas (aproximadamente 10% do total); 5) Biodiversidade: a megaciência em foco e 6) meta para 2010 – na COP6 foi aprovado o plano estratégico da convenção com metas quantitativas: - reduzir as perdas de biodiversidade - melhoria da qualidade de vida; - quadro de submetas e indicadores; - compromissos reais = avanço. Protocolo de aliança internacional para extinção zero. Setor Privado: boas práticas e mecanismos financeiros inovadores. Sustentabilidade: diferencial de competitividade. Dia 25/03/2006 – Dia Brasil. Evento para o segmento interministerial, evento social 26/03 na ópera do arame – evento restrito aos convidados, com a presença do presidente da república. Concluída a apresentação do Dr. Bráulio, o presidente da reunião abriu para questionamentos/esclarecimentos.

O Sr. Marcelo Sampaio – SEAP, parabenizou o Dr. Bráulio pela excelente memória em expor tudo com riqueza de detalhes e informou a importância da participação da SEAP no evento. Solicitou que a organização do evento

mobilizasse o Ministro José Fritz para esta presente ao evento da COP-8. Questionaram quais as metas par conter a perda de biodiversidade e se existe alguma estratégia interna no caso de não haver consenso entre os participantes da conferência. Informou que coordena um grupo de trabalho sobre espécies exóticas. Ressaltou a importância da participação da CONABIO no evento para potencializar esforços.

Após os devidos esclarecimentos iniciaram as discussões, considerando a pauta do dia:

O Sr. Fernando Castanheira – Setor Florestal apresentou a proposta de Resolução sobre os critérios para criação de animais silvestres em cativeiro.

A Sra. Rosana da ONG SOS BICHO E PROTEÇÃO ANIMAL, que estava presente na platéia, colocou a sua preocupação com proposta apresentada e externou sua posição contrária à criação de animais silvestres como animal de estimação. Destacou que o movimento em defesa dos animais, não foi envolvido e nem ouvido no processo.

Dr. Paulo Nogueira ponderou afirmando que a criação de animais silvestres é uma realidade que não poderá ser ignorada.

O Sr. Ricardo **SOAWISK**, representante do IBAMA, informou que o Grupo de Trabalho é um espaço aberto e que a Lei de fauna prevê sobre a questão, onde o poder público estimulará; o CONAMA criará um conjunto de regras, pois as espécies silvestres são passíveis de serem criadas como de estimação. Destacou que o estabelecimento de regras claras combate à ilegalidade. Na realidade a proposta de resolução apresentada regulamenta o que está previsto na Lei da Fauna.

Dr. Paulo Nogueira informou que de acordo com a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente nº 6938/1981, o CONAMA pode estabelecer resoluções sobre o assunto, que será amplamente discutido no conselho, composto por 107 membros, com reuniões públicas e com abertura para fala da sociedade de um modo geral. O CONAMA se constitui num parlamento ambiental único no mundo e toda contribuição será bem vinda.

O Sr. Francisco Raimundo Polinese, da Confederação Nacional de Criadores de Pássaros Nativos, destacou que nenhum animal comercialmente viável é extinto; que é contra a farra do boi, pois o mesmo é criado para alimentação; destacou que o comércio de pássaros legal combate o tráfico.

O Sr. Marcelo Sampaio – SEAP, avaliou que a questão é delicada e que merece a máxima atenção de todos. Não concorda com a criação de animal em cativeiro há muito tempo. Mas, na realidade o comércio de animais está estabelecido, de maneira que entende que é melhor regulamentar do que ignorar. Questionou sobre a inclusão da aquarofilia no corpo da proposta de resolução. Sugeriu retirar no Art. 3º o que está destacado dentro dos parênteses, deixando o artigo mais abrangente. No art. 4º, destacou que a competência para regulamentação é do CONAMA e sugeriu ao IBAMA confeccionar uma lista com os animais tratados na referida proposta de resolução para ser validada no âmbito do CONAMA.

O Dr. Paulo de Tarso representante da comunidade científica se posicionou favorável a sugestão do Sr. Marcelo Sampaio.

O Sr. Jorge Alberto Miller, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Blumenau, disse que cativeiro não é a solução é um paliativo, e que é necessário proteger a “casa” do bicho.

A Sra. Rosane da ONG SOS BICHO E PROTEÇÃO ANIMAL, falou que só a regulamentação não resolverá o problema e que é imprescindível considerar a fragilidade do IBAMA em fiscalizar.

Dr. Paulo Nogueira enfatizou que por mais importante que seja a fiscalização é essencial a ação da cidadania.

O Sr. Ricardo **SOAWISK**, representante do IBAMA, disse que as provocações devem ser separadas em dois níveis e que também está preocupado com os animais. Lembrou que a gestão ambiental é compartilhada e que os órgãos estaduais e municipais também tem responsabilidade sobre o assunto. Considera não ser possível tratar sobre peixes na resolução em discussão, em virtude de sua base legal ser diferente.

A Sra. Toska Zambone, da ONG SOS BICHO E PROTEÇÃO ANIMAL e do Conselho Municipal de Proteção Animal de Curitiba, afirmou que o SISNAMA não funciona bem na prática com relação a fauna e que a sociedade denuncia mas não tem competência para garantir a proteção da fauna. E destacou a urgência em proteger os animais contra os maus tratos.

O Sr. Fernando Castanheira coloca uma questão de ordem: os maus tratos devem ser tratados em discussões abertas, pois a pior coisa é a omissão. No entanto, o mérito da resolução deverá ser debatido.

O Sr. Felipe Diniz, representante do CONAMA sugere que a proposta seja lida integralmente para discussão de cada artigo. A sugestão foi acatada por todos os conselheiros.

Após discussão sobre a inclusão ou não de um considerando sobre a aquariofilia, os conselheiros decidiram incluir um parágrafo informando que a referida atividade será tratada em resolução específica.

O Art. 2º foi exaustivamente discutido pelos conselheiros e a proposta aceita foi a de se resgatar os conceitos do Grupo de Trabalho sobre espécies exóticas e trazer uma nova redação pronta.

No art. 3º, I, foi aprovado. No inciso II foi questionado o termo exótica. Os conselheiros também decidiram resgatar os conceitos do Grupo de Trabalho sobre espécies exóticas e trazer uma nova redação pronta. Os demais incisos foram aprovados com pequenas alterações.

Com relação ao segundo ponto da pauta, o Sr. Felipe Diniz do CONAMA informou que o Comitê Nacional das Zonas úmidas – RAMSAR encaminhou recomendação esta câmara técnica sobre a necessidade de criação de um Grupo de Trabalho em caráter de urgência, para estabelecer a definição legal dos ecossistemas de manguezais no Brasil. Os conselheiros ponderaram sobre a criação de mais um Grupo de Trabalho no Âmbito na Câmara, considerando que estão em andamento três grupos de trabalhos bastante complexos e amplos.

O Sr. Nilo... do CONAMA lembrou da importância de se retomar a realização do Seminário sobre carcinicultura com a conotação voltada para a necessidade ou não de se revisar a Resolução CONAMA nº 312/2002 e para a definição sobre o ecossistema manguezal.

A Sra. Mary Sorage, representante do IDEMA/RN sugeriu que o seminário abordasse os seguintes temas: 1) Avaliação da Resolução CONAMA nº 312/2002; 2) a Resolução CONAMA 302/2002 que trata sobre áreas de preservação permanente e 3) definição do conceito de manguezal no Brasil.

O Sr. Marcelo Sampaio reforçou sobre a necessidade de se cobrar a realização do seminário.

Terceiro ponto de pauta: Definição de Mata Atlântica em Minas Gerais.

O Sr. Fernando Castanheira solicitou a retirada do processo de pauta para que o setor floresta possa avaliar, sob pena de ter pedir vistas do mesmo. A solicitação foi acatada e o conselheiro se comprometeu a não pedir mais vistas quando o mesmo voltar à pauta da próxima reunião.

No ponto de pauta referente a Assuntos Gerais, os conselheiros aprovaram a dilação dos prazos para conclusão dos trabalhos dos Grupos de Trabalho por mais 06 (seis) meses. Ficou definido que o GT de Licenciamento Ambiental da Aqüicultura e Carcinicultura na Zona Costeira irá concluir a proposta de resolução para a aqüicultura e concluirá os seus trabalhos, ficando a parte referente a revisão da resolução CONAMA nº 312/2002 para voltar a ser discutida após a realização do seminário sobre carcinicultura. A próxima reunião ficou agendada para 25/04/2006 em Brasília/DF e na oportunidade deverão ser aprovadas as Atas das seguintes reuniões da Câmara Técnica: 6ª, 7ª e 8ª.